

 **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004**

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

**A
QUESTÃO
SOCIAL**

**NO NOVO
MILÉNIO**

email lusoafrbrasilero@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

O desaparecimento do mundo rural*

Paulo Peixoto

Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas do Centro de Estudos Sociais da
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra [pp@fe.uc.pt]

Introdução

Os meios rurais conheceram, depois da Segunda Guerra Mundial, e mais particularmente nos países de economias mais prósperas, transformações profundas e intensas. Transformações que, em muitos casos, têm conduzido ao “desaparecimento” de localidades tipificadas como rurais. Esse fenómeno de “desaparecimento” físico e simbólico é sustentado, quer por fluxos aglutinadores do crescimento voraz de cidades e

* Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais: *A questão social no novo milénio*. Painel 11 “Universo rural: debates e interpretações”. Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004. Esta comunicação constitui uma versão revista e alargada de um texto publicado pelo mesmo autor (Peixoto, 2002).

de zonas suburbanas, quer por movimentos de despovoamento e de abandono dos meios rurais. Em suma, a situação instável, conflitual, imprevisível e contraditória que caracteriza o mundo rural transporta indicadores de uma crise profunda e prolongada que se estende aos mais variados aspectos: economia e formas de organização social, paisagens e ideologias, modos de vida, de habitar e de trabalhar.

Mas essa crise do mundo rural e as perspectivas em que a mesma tem vindo a ser discutida, revelam que o espaço rural é portador de novas dinâmicas que convidam a novas abordagens e obrigam a redefinir os termos do debate sobre o mundo rural. As dinâmicas ligadas à requalificação ambiental e à melhoria dos padrões de qualidade de vida, por exemplo, são questões que nos colocam perante transformações de percepções e de usos sobre o espaço rural e que configuram uma nova e incontornável realidade sociológica. Afinal esse reduto ameaçado de extinção, que se tornou um estereótipo e gerou uma concepção unívoca de lugar, já não é redutível à função agrícola nem está irremediavelmente sujeito a caprichos do crescimento urbano. Por isso, afigura-se pertinente analisar os espaços rurais na sua actual variedade e complexidade. Desde a evolução dos saldos migratórios até à atractividade crescente dos espaços rurais em matéria de opções residenciais ou turísticas, passando pelas estratégias da política europeia, nacional e local de ordenamento e de gestão do território, a nova realidade que dá forma ao espaço rural convida a uma reflexão sociológica renovada.

Em concreto, no contexto da problemática em que esta comunicação se insere, não deixa de ser interessante constatar a convergência de duas tendências ligadas à transformação dos meios rurais. De um lado, o aumento das ameaças sobre o mundo rural. Do outro lado, o aumento das preocupações com o património. É esta convergência que nos leva a esboçar a tese de que o *desaparecimento* do mundo rural está associado a uma *descoberta* do património pelos meios rurais que conduz a uma segunda vida desses meios e, no limite, ao aparecimento de um outro mundo rural. Esta tese funda-se na ideia que as características culturais de cada sociedade estão em constante mudança, ainda que os ritmos sejam diversos e forçosamente mais lentos em lugares mais isolados de demografia menos densa. Ela assenta, por outro lado, no pressuposto que a emergência de um património é, geralmente, marcada por três etapas. A primeira é uma fase caracterizada pela espontaneidade e remete para os momentos em que a sociedade ou um

grupo social produz aquilo que necessita para assegurar a sua sobrevivência física. Nesta fase é sobretudo o gesto técnico e o sentido utilitário que predominam, funcionando como resposta a um problema prático. A segunda corresponde ao momento de tomada de consciência. Ela fica a dever-se a uma qualquer transformação que coloca fora do campo funcional inicial o objecto produzido. A terceira é a etapa em que o objecto adquire uma identidade patrimonial, reclamando e justificando um estatuto de gestão colectiva. É na passagem da segunda para a terceira etapa que a ideia patrimonial emerge e se cristaliza.

Quando verificamos o interesse crescente que os meios rurais atribuem às questões do património, ou que determinados ideólogos e profissionais da patrimonialização consagram ao património rural e à descoberta de novos bens e campos patrimoniais, quase somos levados a pensar que os meios rurais descobriram agora que têm um património valioso a preservar. Mas que descoberta é essa afinal? Onde vem esta inflação, este uso excessivo, do termo património? O que o torna o símbolo principal das identidades colectivas e, particularmente, de identidades rurais? A resposta a estas questões é estruturada à volta de três processos: o processo de transformação recente do mundo rural; o processo de histeria patrimonial; e o processo de procura de um espírito de lugar. O argumento que resulta da análise sumária destes processos procura relevar que a tese da *descoberta* do património pelos meios rurais está muito longe de corresponder a uma descoberta de algo que era ignorado. Trata-se, pelo contrário, de encarar o património e as suas representações como uma invenção cultural que procura legitimar e naturalizar um determinado tipo de discurso sobre a evolução recente do mundo rural e que procura responder aos desafios presentes e futuros dos meios rurais. Neste âmbito, o património corresponde a uma segunda vida das coisas, que adquirem novos sentidos e funcionalidades.

A transformação recente dos meios rurais

Na vasta heterogeneidade que os caracteriza, os meios rurais encontram-se, como os meios urbanos, sujeitos a uma transformação que nunca terá sido tão acelerada e

profunda.¹ Não pretendemos neste ensaio caracterizar essas transformações e o seu ritmo, nem desenvolver uma análise que forneça uma tipologia dos meios rurais de modo a dar conta da variedade de situações que descrevem a realidade.² Acresce que a transformação recente e os desafios dos meios rurais está, nos seus múltiplos aspectos, retratada e avaliada (ver, entre outros, Monteiro, 1985; Almeida, 1986; Delfosse, 1988; Barthelemy e Weber, 1989; Hespanha, 1994; Pascual e Larrul, 1998; Sanz, 1998; Caleiras, 1999; Costa, 1999; Bourgeois e Demotes-Mainard, 2000; Abdelmalek, 2000; Lockie e Lyons, 2001; Datar, 2003). Destacamos, no entanto, os quatro factores que José Reis (2001), ao retratar o caso português, identifica para dar conta dos processos que, nos últimos vinte anos, transformaram a sociedade portuguesa na sua globalidade e os meios rurais em particular: uma maior urbanização, um maior cosmopolitismo dos comportamentos, uma mais intensa relação com os mercados de trabalho e uma maior territorialização das práticas quotidianas.³ Reconhecendo que estes factores e as suas múltiplas formas de manifestação dão conta dos principais processos de transformação do mundo rural, limitamo-nos a assinalar as tendências gerais que dão origem a um discurso de crise dos meios rurais e que, de acordo com o argumento que sustenta este texto, conduzem a uma histeria do património e a uma procura incessante do espírito de lugar. Coincidência ou não, a histeria patrimonial e a busca de um espírito de lugar configuram um cenário propício ao florescimento das ideologias em que se apoia a indústria turística e, desse modo, acrescentam ao discurso de crise um outro de revivificação dos meios rurais.

Em Portugal, a modernização ocorrida nos últimos trinta anos, nomeadamente a execução de novas vias rodoviárias tornou os espaços rurais mais abertos. Nesse sentido, tornou-os

¹ A distinção entre meios rurais e meios urbanos não é um dos objectivos deste texto. Aliás, a transformação acelerada que uns e outros enfrentam caracteriza-se pela impossibilidade crescente em delimitá-los, distingui-los e, inclusivamente, aceitá-los como categorias operativas. A delimitação dos dois conceitos, sendo necessária para facilitar a análise, conduz a resultados que não podem nunca ser desligados dos critérios que presidem a essa delimitação e que fazem com que esta tenha que ser relativizada. A utilização do termo 'meios rurais' neste texto é, assim, um mero expediente operativo de construção de um discurso científico que não nos afasta da consciência do carácter difuso das fronteiras desses espaços.

² Salientamos tão só que uma tipologia que consideramos operativa pode ser consultada no relatório da Datar (2003).

³ Acrescentaríamos a estes quatro factores um quinto que reputamos de importante e que tem a ver especificamente com a terciarização da economia. Nos últimos anos, a terciarização da economia rural tem-se vindo a aprofundar e esta é uma tendência que presumivelmente se acentuará nos próximos anos.

mais atractivos em termos residenciais e turísticos, mais permeáveis a influências culturais e integrou-os nos mecanismos de mobilidade que favorecem a interligação com as cidades mais próximas e os fluxos do turismo doméstico. Esta modernização tem alimentado, quer uma retórica de crise, quer uma retórica de ascensão dos meios rurais.

Entre as ameaças que pairam sobre os meios rurais, as mais mencionadas e mediáticas são de natureza demográfica; por exemplo, o êxodo rural, a diminuição e o envelhecimento populacional ou o encerramento de escolas por escassez de alunos. Outras são de ordem económica; é o caso da insolvência dos modos agrícolas tradicionais, da falta de emprego, da inexistência de circuitos comerciais para fazer chegar ao mercado os produtos da actividade agrícola ou a pressão do crescimento urbano e da especulação imobiliária. Outras ainda são de cariz cultural, ou até mesmo moral, e revelam-se nos discursos sobre a uniformização de valores e traços culturais, bem como na retórica da individuação crescente e do enfraquecimento das práticas sociais colectivas suscitadas pelo incremento da mobilidade física das populações e pela progressão de uma cultura de massas que chega via televisão ou através dos meios e equipamentos de consumo. Este conjunto de ameaças dá frequentemente azo a discursos de pendor moralista e político que anunciam, em tom de lamentação, e, não raras vezes, numa lógica de idealização, o desaparecimento de um mundo harmonioso e virtuoso. Neste contexto, essas ameaças são indicadores de uma catástrofe ambiental e patrimonial. Catástrofe que se manifesta, por exemplo, nos fogos florestais, que, resultando da falta de limpeza das matas, são uma função latente do êxodo rural; ou no desaparecimento de misteres e de saberes tradicionais; ou, ainda, no inquinamento das águas, que resulta da adopção de mecanismos da agricultura produtivista.

Em determinados meios rurais, onde se desenvolveram alternativas agrícolas ao abandono das terras, a substituição da agricultura tradicional pela agricultura produtivista tem levado a que os interesses privados se tenham vindo a sobrepor gradualmente aos interesses comuns em que assentava o funcionamento dessa agricultura tradicional de subsistência. As novas tecnologias agrícolas vieram quebrar os laços afectivos que os camponeses tinham com a terra, vieram quebrar muitos dos laços comunitários baseados na necessidade de entreajuda. Com os filhos longe, a terra deixou de ser um projecto geracional e um laço patrimonial; ou seja, um bem comum, um património a transmitir

aos filhos. Mas esta situação generalizou-se também nos meios rurais que, devido à existência de um meio urbano próximo e aglutinador, assistiram, quer ao desenvolvimento de práticas quotidianas mais competitivas e propícias à individuação (próprias das actividades comerciais e industriais), quer ao desenvolvimento de relações e práticas sociais que não se baseiam no interconhecimento. Em muitos destes meios, a terra deixou também de ser um projecto geracional para se converter, enquanto recurso imobiliário, numa fonte imediata de rendimento.

Por outro lado, a transformação do mundo rural e a urbanização galopante têm suscitado uma grande sensibilidade relativamente ao rural, àquilo que o tipifica e à própria natureza, quer junto das instâncias governamentais, quer entre o público em geral. A procura do espaço rural, quer como alternativa residencial, quer como alternativa turística, aparece associada às ideologias que promovem a fuga à cidade: o espaço rural evoca, acima de tudo, a paisagem e a tranquilidade, o ambiente e a liberdade, a harmonia e a qualidade de vida. Essa transformação tem, por outro lado, captado o interesse crescente das mais variadas disciplinas científicas, que nos diferentes ramos do ruralismo parecem encontrar um renovado interesse científico (Chiva, 1997). Este interesse constitui, por isso, uma outra vertente de reforço do novo halo dos espaços rurais. Este interesse pelo rural acentua-se à medida que o rápido crescimento urbano faz emergir reivindicações e aspirações ligadas à natureza e ao ambiente, e manifesta-se através de fenómenos como as segundas habitações, novas formas de lazer e turismo ou, mais drasticamente, através de estratégias de mudança residencial.

Portugal oferece, nas últimas décadas, exemplos paradigmáticos destas transformações e ameaças que caracterizam a evolução recente dos meios rurais. Oferece também, para sermos congruentes com o nosso argumento, inúmeros exemplos de fenómenos que traduzem essa histeria do património. Por isso, ilustraremos pontualmente os pontos que se seguem com alguns exemplos da realidade portuguesa. Se, como pretendemos deixar claro no ponto seguinte, o património é aquilo que nos arriscamos a perder, a atribuição de valor patrimonial a o que quer que seja dá-nos uma ideia das ameaças mais sérias que pairam sobre o mundo rural, mas sobretudo sobre o mundo urbano, ao qual os espaços rurais podem ainda oferecer oportunidades de salvação.

A histeria do património

Ao falarmos em histeria do património estamos a referir-nos a uma tendência global que, comportando várias dimensões, caracteriza os processos de patrimonialização. Essa histeria revela-se, por um lado, no confronto entre um património mais oficial e elitista e um património de objectos vulgares ligados ao quotidiano; mas também no confronto entre um património feito de construções vernaculares monumentalizadas, marcado por uma antiguidade prestigiante, e um património constituído pelos testemunhos mais recentes da actividade humana; revela-se, finalmente, no confronto entre o carácter material dos artefactos patrimoniais e um património intangível, ligado às mentalidades, às representações e ao saber-fazer. Os meios rurais desempenham um papel particular e fundamental na produção e difusão desta histeria do património, na medida em que, ao mobilizarem-se para enfrentarem a crise agrícola ou a integração em espaços urbanos, contribuem enormemente para um alargamento incessante do campo patrimonial.

Yvon Lamy (1996) recorre à expressão “alquimia do património” para caracterizar o processo de patrimonialização. Um processo marcado pelo entrelaçamento de uma verbalização excessiva e heterogénea (as múltiplas linguagens do património) com as políticas concretas de reconhecimento oficial de um conjunto vasto de bens que não cessa de se alargar. Para dar conta desta fúria patrimonialista que procura albergar debaixo de um estatuto formal um ilimitado número de bens materiais e simbólicos, móveis e imóveis, monumentais e ambientais, outros autores recorrem a noções igualmente expressivas como “paixão patrimonial” (Guillaume, 1980), “reinvenção do património” (Bourdin, 1984), “loucura patrimonial” (Jeudy, 1990), “alegoria do património” (Choay, 1992), “patrimomania” (Martin-Granel, 1999) ou “maquinaria patrimonial” (Jeudy, 2001).

Embora a noção de património seja relativamente recente (Babelon e Chastel, 1994; Desvallées, 1995) ela tem vindo, recorrentemente, a ser recodificada por várias disciplinas científicas num processo de etiquetagem patrimonial que conduz à constituição de uma metalinguagem do património. O que significa que a palavra património, mais do que se converter num acto ou num objecto, converte-se em representação de alguma coisa (Lamy, 1996). Esta metalinguagem do património

apresenta-se, assim, como um recurso retórico ao serviço das operações de patrimonialização levadas a cabo pelo Estado, por associações locais e por outros actores envolvidos nesses processos. A linguagem pluridisciplinar⁴ que envolve a realidade patrimonial funciona, nesse contexto, como o principal instrumento de mediação entre os actores e os objectos patrimonializados e constitui-se como um dos indicadores da historia do património. Nesse sentido, ela pode ser seleccionada como um dos eixos de análise das múltiplas vertentes dos processos de patrimonialização.

A estruturação da palavra “património” e do seu campo lexical afirma-se, então, como a base de qualquer análise dos processos de “construção” e de “destruição” de um património. No caso vertente limitar-nos-emos a constatar que se falarmos com um camponês muito dificilmente lhe vamos ouvir as palavras “património” ou mesmo “natureza”. E não é, seguramente, por serem palavras caras. É porque, relativamente aos modos de vida tradicionais das pessoas que vivem no campo, são palavras novas, que enformam essa metalinguagem que representa as ameaças que pairam sobre os meios rurais e as estratégias de conservação e de valorização de tudo aquilo que corre o risco de desaparecer. “Património” e “natureza” são invenções culturais recentes que só pontualmente foram apropriadas pelos camponeses, que se referem aos “bens” para nomear o “património” e à “terra” para designar a “natureza”. Como palavras novas que são dizem-nos alguma coisa sobre a evolução recente dos meios rurais. Quando um camponês diz que “as terras estão a ficar de morto”, porque “não há quem as cultive”, ou “porque os mais novos não querem saber disto para nada”, está-se a referir exactamente às mesmas coisas a que os discursos científicos e técnicos, que frequentemente sustentam a ideologia da agricultura pós-produtivista, se referem quando nos falam da necessidade em proteger o património e a natureza. Na verdade, fala-se de património (seja em relação a um monumento ou a um produto tradicional) face a um cenário de “morte” de alguma coisa. A ideia de património é, frequentemente, invocada em relação à ameaça de desaparecimento de recursos naturais e culturais, num cenário de uma catástrofe eventual. A politização de certos objectos que adquirem o estatuto de património e o carácter instrumental que a metalinguagem do património adquire no domínio da

⁴ Lamy (1996) aborda concretamente os discursos jurídicos, económicos, ecológicos, etnológicos, linguísticos e sociológicos.

reconceptualização do passado e das operações de patrimonialização compreendem-se melhor se tivermos em conta que os camponeses intervêm como agentes de conservação de bens naturais, daquilo que hoje chamamos património, quando utilizam estes bens como meios de produção (Jeudy, 1990) e de reprodução geracional. Quando, hoje, falamos de património estamos, sobretudo, a referir-nos a bens comuns que deixaram de estar integrados nas práticas quotidianas dos camponeses. Os camponeses que viram os filhos partir e a mão-de-obra diminuir sabem muito bem que se não limparem as matas elas vão arder. A ironia, quando nos deixamos levar pela ideia que os meios rurais têm de descobrir que são titulares de um património (a filosofia da sensibilização, que tão bem caracteriza essa histeria patrimonial), é que se torna necessário sensibilizar os camponeses que os seus antigos meios de produção são um bem comum. Ou como se diz: são património. Por isso é que é irónico estar a sensibilizar os camponeses que as matas são um bem comum, e estar a alertá-los, quando elas já saíram do seu campo utilitário inicial, para a necessidade de as limpar, pois, caso contrário, acabam por arder. É profundamente irónico, num cenário em que o universo das práticas e das representações dos camponeses se transformou substancialmente, querer sensibilizar os camponeses para a necessidade de evitar o esgotamento da terra (que os adubos orgânicos estimulam) através do recurso ao pousio. E é tanto mais irónico quanto essa foi, durante séculos, uma prática comum das “técnicas” agrícolas, cujo objectivo principal era, precisamente, o de preservar e de transmitir um “bem comum”. Ironia que acaba por extravasar na constatação que o património para o ser tem primeiro de morrer. A “descoberta” do património corresponde, neste contexto, ao anúncio da “morte do rural”.

Os processos de patrimonialização que promovem a dita “descoberta” caracterizam-se por três dimensões essenciais que dão conta da histeria do património a que nos referimos neste texto. Estas três dimensões podem ser vistas como faces imbricadas de um mesmo triângulo, cuja base emerge de um paradoxo aparente. Por um lado, manifesta-se uma tendência muito nítida para a elasticidade da noção de património. Por outro lado, evidencia-se uma clara transformação da relação temporal que marca os processos de patrimonialização. Por fim, e como causa e consequência das duas dimensões anteriores, torna-se clara a emergência de uma lógica de gestão do património, que ganha terreno face a uma lógica de conservação. Qualquer uma destas três dimensões revela o carácter

aparentemente paradoxal dos processos de patrimonialização. Estes, mais do que resultarem de uma presumível predisposição passadista, surgem como estratégias que visam actuar sobre o presente e sobre o futuro. Ao contrário de explicações que tendem a tornar-se dominantes, a patrimonialização não é apenas nem sobretudo uma espécie de seguro contra o esquecimento, funcionando antes como instrumento de afirmação e de legitimação de determinados grupos sociais (Davallon *et al.*, 1997; Colardelle, 1998) e como estratégia de captação de recursos e de transformação identitária de lugares que procuram tornar-se competitivos (Ashworth, 1994; Fortuna, 1997; Peixoto, 1997). Abordemos, primeiro, este carácter aparentemente paradoxal dos processos de patrimonialização para, depois, analisarmos cada uma das três dimensões mencionadas.

A histeria do património, promovendo a exumação intensiva do passado que a patrimonialização leva a cabo, revela que o património é um reflexo do nosso futuro mais do que do nosso passado. Por um lado, verificamos que a consciência patrimonial se manifesta a partir de um traumatismo de ruptura. Ela é uma reacção contra o desaparecimento que tem por objectivo promover a regeneração. O luto, no sentido metafórico, e transposto para o domínio grupal, funda as relações sociais sobre uma memória colectiva: a dos antepassados comuns. Num processo profundamente identitário não é, contudo, a identidade o factor mais interessante, mas a assimilação colectiva da mudança. No âmbito de mutações brutais e com frequência dolorosas, como as que se têm manifestado com particular incidência nalguns meios rurais, a identidade serve de consciência subjacente à acção. Na verdade, só um rito colectivo de passagem que inclua o luto e a magnificação do defunto, permite aos indivíduos suportar ou admitir a mudança, dando início à regeneração (Colardelle, 1998). Por outro lado, o património responde às necessidades da sociedade futura. No contexto da histeria do património, as verdadeiras razões de multiplicação sem fim das estratégias de patrimonialização ficam frequentemente escondidas. O património presta-se a acções pedagógicas, turísticas, políticas, económicas e de experiências técnicas de ponta (Guillaume, 1990; Ashworth, 1994).

A dimensão dos processos de patrimonialização que mais contribui para legitimar o argumento da histeria do património é, sem dúvida, a tendência para a elasticidade da própria noção de património. Nos meios rurais, a patrimonialização de elementos

geográficos e paisagísticos, bem como de “produtos agrícolas locais” e de valores e costumes “típicos” tem-se vindo a tornar tão importante quanto a patrimonialização das construções rurais e dos saberes agrícolas artesanais que remetem para a noção mais comum de património rural (Davallon *et al.*, 1997; Chiva, 1997).⁵ O fascínio suscitado pelos lugares (quase) abandonados e pelos espaços despovoados, que rapidamente são associados a uma ideia de natureza, deve-se ao facto de eles se constituírem como um campo de investimento patrimonial, tanto em termos culturais, quanto ambientais e ecológicos. No limite, a elasticidade da noção de património revela que estamos perante um processo de patrimonialização de um território. Este, tornando-se símbolo identitário de um grupo ou de uma configuração social em “vias de extinção”, converte-se, ele próprio, em objecto de representação e de transmissão patrimonial, revelando que os processos de patrimonialização se tendem a confundir com processos de territorialização.⁶

O “Programa das Aldeias Históricas” da Serra da Estrela e os seus sucedâneos emergentes (as “Aldeias do Douro Vinhateiro”, as “Aldeias Alentejanas”, as “Aldeias do Algarve”, as “Aldeias de Montanha” na Serra da Estrela, as “Aldeias do Côa”, as “Aldeias de Xisto” e as “Aldeias de Água” no Alqueva) resultam de uma preocupação em criar símbolos da ruralidade profunda, num país que se urbanizou rápida e drasticamente. Reabilitadas e, não raras vezes, exacerbadas enquanto representações territoriais e patrimoniais, estas configurações espaciais mostram que o património se tornou uma “ideologia territorial” (Di Méo, 1996), real ou imaginada, de uma sociedade que,

⁵ Tradicionalmente, o património rural diz respeito, por um lado, às construções que emergem da estética involuntária de uma arquitectura sem arquitectos e, por outro lado, às técnicas e utensílios que materializam o saber-fazer do mundo rural.

⁶ Como nota Gui Di Méo (1996), a imbricação entre os conceitos de património e de território marca os processos de patrimonialização ao longo do século XX. Essa imbricação começa a revelar-se com as medidas e políticas de protecção dos monumentos em que o próprio espaço que circunda os monumentos se torna um objecto patrimonial, pondo em marcha um processo de territorialização do património. Mas essa imbricação traduz-se também numa patrimonialização do território, que, paradoxalmente, por intermédio do militantismo ecológico e neo-ruralista de finais do século XX, leva a que o território se cristalize e se torne mais tangível do que quando era ocupado e valorizado por sociedades mais fechadas sobre si próprias e mais dependentes desse espaço.

parecendo perplexa perante uma transformação súbita, sente a necessidade de se pensar e de se idealizar a si própria enquanto outra.⁷

Noutro plano, nas zonas rurais devoradas pelo crescimento urbano, a preocupação patrimonialista não parece ter tanto a ver com a necessidade em salvaguardar a actividade agrícola (o que, em si, já não parece fácil), mas, e sobretudo, conservar uma paisagem agrícola. Esta paisagem agrícola representa, frequentemente, para a própria população urbana um elemento definidor da sua própria identidade. Por isso, a insolvência das formas de agricultura peri-urbanas⁸ se são um problema de natureza económica, não deixam de traduzir uma importância simbólica e emblemática que, por vezes, é ainda mais importante para cidades onde as mudanças recentes colocam sérios problemas identitários. As cidades capitais de distrito situadas fora das áreas metropolitanas conservam, nas paisagens rurais que as circundam, símbolos importantes da sua própria identificação que tendem a funcionar, com frequência, como recursos estratégicos das novas imagens urbanas que as políticas locais procuram promover e como emblemas de uma sustentabilidade não ameaçada pelas pressões urbanas das grandes cidades. Num país onde a trama urbana se caracteriza por uma rede significativa de pequenas e médias cidades, a manutenção da paisagem agrícola peri-urbana representa um dos maiores desafios que muitas cidades portuguesas enfrentam presentemente. A título exemplificativo, como constatámos em Peixoto e Frias (2001), analisando concretamente o caso de Coimbra, os símbolos da ruralidade envolvente são, frequentemente,

⁷ Na sequência do lançamento do "Programa das Aldeias Históricas de Portugal", no âmbito do ProCentro (1994-1999), têm vindo a ser idealizados e executados, sob a égide do Ministério do Planeamento e das Comissões de Coordenação Regionais, vários programas de criação de "aldeias típicas" que se pretendem temáticas. Se os objectivos iniciais destes programas visavam recuperar o património construído e salvaguardar os valores paisagísticos das aldeias seleccionadas, com a consolidação e multiplicação dos programas foram fixados novos objectivos voltados para a dinamização socioeconómica das aldeias, a fixação e atracção de população e a criação de uma imagem e de um programa de animação para cada uma delas. Os novos objectivos e as estratégias que visam concretizá-los fomentam a elasticidade da noção de património. A tónica em programas de animação específicos e na difusão de imagens positivas revela que o património corresponde, de facto, a uma segunda vida das coisas num contexto de promoção de novos usos e funcionalidades. As "Aldeias de Água", no Alqueva, são um exemplo paradigmático de uma tentativa de funcionalizar, com base num elemento paisagístico recém criado (o maior lago artificial da Europa que a barragem do Alqueva está a pôr em cena), conjuntos de construções e objectos que tinham vindo a ser colocados, por via da desertificação, fora do seu campo utilitário inicial.

⁸ Para efeitos de análise são consideradas peri-urbanas as zonas próximas de cidades que, mantendo uma morfologia rural estão sob influência urbana.

instrumentalizados no contexto da animação e da estetização dos centros históricos das cidades. As “tradições” e os “produtos típicos” são recursos centrais das estratégias de desenvolvimento urbano apostadas em fomentar o mercado do lazer e do turismo histórico e patrimonial e em promover a difusão de novas imagens. Acresce que, no contexto do turismo histórico e patrimonial, as cidades receptoras destes fluxos adoptam crescentemente estratégias de diversificação dos produtos turísticos. Estas estratégias, visando contrariar a massificação de produtos turísticos, orientam-se predominantemente para circuitos alternativos onde as ideias de natureza e de ruralidade ganham uma centralidade inusitada.

No que respeita à segunda dimensão dos processos de patrimonialização, a transformação da relação temporal que caracteriza esses processos, a histeria do património revela que a dimensão patrimonial de um qualquer objecto é, com frequência, uma construção social temporalmente deslocada do momento da sua construção física. É, aliás, a evidência deste deslocamento, caracterizada por episódios de invenção de tradições (Hobsbawm e Ranger, 1983) e de idealização e imaginação do passado (Lowenthal, 1989 e 1996), que acentua a própria histeria patrimonial. Quando uma sociedade ou um grupo social cria novos objectos e novos ambientes, que traduzem uma evolução das suas formas de organização, das suas necessidades, das suas concepções intelectuais, morais, religiosas ou estéticas, a consciência de evolução progressiva não está necessariamente presente nem é predominantemente um acto intencional.⁹ A noção patrimonial está geralmente ausente nas acções concretas de transformação social que ocorrem nos domínios da cadeia de produção, mesmo quando essas acções são motivadas pela procura da perfeição técnica ou até estética. Os valores dominantes no seio dessas acções remetem, sobretudo, para questões relacionadas com a eficiência e o mercado (Colardelle, 1998).

Porém, uma das características mais reveladoras da histeria do património é a redução drástica do tempo necessário para fazer emergir uma consciência patrimonial. A ocorrência de acelerações repentinas da história, como as que se manifestaram a partir do

⁹ Daniel Fabre (2000) exclui deste padrão de emergência da consciência patrimonial os monumentos históricos e o património monumental em geral. Frequentemente, enquanto instrumentos de reprodução simbólica, muitos monumentos e variados objectos que se tornam alvo de políticas de musealização revelam, no momento da sua fundação, uma preocupação estetizante e de simbolização.

século XVIII com a Revolução Industrial, a difusão instantânea e em larga escala da informação, ou o próprio aumento da esperança de vida, despertaram nos indivíduos e nos grupos sociais uma sensibilidade relativa ao valor patrimonial das suas obras e produções. As acelerações bruscas e as catástrofes ocorridas no século XX (das guerras mundiais aos atentados em larga escala, dos riscos ambientais e biológicos às epidemias emergentes, das mudanças tecnológicas e económicas ao adensamento do fosso entre a riqueza e a miséria) fazem com que o tempo de uma única geração seja suficiente para se desenvolver uma consciência patrimonial, tal é a sensação de evolução progressiva e a experiência do risco de se perder algo de fundamental. Como nota Michel Colardelle (1998), qualquer mudança conduz fatalmente ao desaparecimento de elementos que fazem parte do dia-a-dia das práticas: pessoas, comportamentos, saberes, objectos, ambientes construídos ou paisagens. É nestes momentos que se produz, frequentemente de uma maneira violenta, a tomada de consciência patrimonial, sob a forma de um recusa do desaparecimento que, para ser socialmente aceite, deve ser justificada a partir de uma noção de valores. A velha quinta ou o imóvel urbano considerados insalubres adquirem um valor afectivo ou estético (uma distinção que nem sempre é evidente), as máquinas obsoletas de uma fábrica que acaba de ser fechada, mesmo que tenham sido fonte de sofrimento ou de alienação para os seus utilizadores, tornam-se testemunhos de uma tecnologia e de um tempo considerados perfeitos (um tempo imaginado e idealizado); tecnologia à volta da qual, afinal, parecem ter-se formado “comunidades solidárias”. Sem ironia, quem pode afirmar peremptória e honestamente que há vinte ou trinta anos atrás era tão sensível quanto o é hoje ao património industrial ou rural?

A histeria do património é, finalmente, justificada pelo aparecimento de um activo e numeroso grupo de “profissionais”,¹⁰ que remete para uma terceira dimensão importante

¹⁰ O termo profissionais, relativizado pelas aspas, é utilizado em sentido lato. Na verdade, não se trata de profissionais com uma correspondência formal na classificação das profissões, mas de um conjunto diversificado de amadores, políticos e técnicos que investem forte e voluntariosamente nas acções de patrimonialização. Contudo, no sentido mais estrito do termo, o sector do património tem, na verdade, vindo a revelar em anos recentes um grande dinamismo no domínio da profissionalização. Em Portugal, tal como noutros aspectos da realidade nacional, o processo de formatação e de definição das novas profissões ligadas ao património realizou-se em períodos de tempo muito curtos. O campo do património não apresenta, neste aspecto, muitas diferenças relativamente a outras áreas que se desenvolveram no âmbito da aplicação dos princípios do Estado-providência. A profissionalização rápida, como, por exemplo, a institucionalmente enquadrada pela criação de

dos processos de patrimonialização: a emergência de uma lógica de gestão do património. Qualquer que seja a natureza das causas de afirmação de uma lógica de gestão do património (a celebração do passado ou os desafios do futuro) e qualquer que seja o nível de profissionalização, os “profissionais” parecem frequentemente estar contagiados por uma espécie de excitação febril que explica, quer a elasticidade da noção de património, quer a redução temporal que marca os processos de patrimonialização. Nesse contexto, eles são, recorrentemente, representados como verdadeiros profetas de uma nova religião: a patrimonialização. A fé inabalável que parece mover amadores e políticos, a sua capacidade de sensibilização, o seu sentido de militância, a que podemos acrescentar o hermetismo da linguagem dos técnicos, o carácter absoluto e definitivo que conferem à doutrina que apregoam, o monopólio e a rigidez dos seus ritos, um certo proselitismo, mas também uma forte abnegação e um elevado espírito de missão (Colardelle, 1998) dão forma à histeria que marca os processos de patrimonialização.

Por outro lado, a histeria do património que decorre da lógica de gestão não pode deixar de ser analisada e explicada à luz do paradoxo que resulta do facto do património se revelar no facto de a sua perda constituir um sacrifício e da sua conservação supor sacrifícios. De facto, se o património revela o sacrifício que é perder algo de importante, a sua conservação evidencia, desde logo, um conjunto de sacrifícios que só uma lógica de gestão pode enfrentar e suportar a longo prazo. Desde os custos financeiros das operações de patrimonialização, às acções de promoção e rentabilização do património recuperado, passando pelos procedimentos (cada vez mais complexos e morosos) de candidatura e reconhecimento formal dos bens patrimoniais, ou pela necessidade de dispor de certos conhecimentos técnicos específicos, há um conjunto diversificado de exigências a que só uma estrutura suficientemente profissionalizada parece poder responder com eficácia. A consolidação de um corpo de profissionais e a sua institucionalização origina, conseqüentemente, lógicas de reprodução grupais e de procura de um estatuto e de um reconhecimento público que acabam por fomentar a aceleração dos processos de patrimonialização e a histeria patrimonial que os caracteriza. A intervenção destes profissionais permite postular que, mais que uma lógica de transmissão e até de gestão,

Gabinetes Técnicos Locais a partir de finais dos anos oitenta, concretizou-se, em boa medida, sem qualquer referência a um marco conceptual prévio, sem que fosse definido o perfil profissional mais aconselhável e quase sem quaisquer exigências de formação específicas.

estamos perante uma lógica de produção de património, o que possibilita a comparação da patrimonialização a uma indústria que depende dos seus empresários, promotores, operários e consumidores.

O espírito de lugar

Além da transformação recente do mundo rural e da histeria patrimonial, a procura de um espírito de lugar é um terceiro processo fundamental para testar a hipótese de que o *desaparecimento* do mundo rural está associado a uma *descoberta* do património pelos meios rurais que conduz a uma segunda vida desses meios e, no limite, ao aparecimento de um outro mundo rural. Desde logo, há que notar que a noção de “lugar” não remete exclusivamente para as coordenadas do local. Ela veicula a ideia - e o ideal - de “raízes” e de um “enraizamento” contido na noção de “génio”, que significa ao mesmo tempo singularidade e continuidade (Peixoto e Frias, 2001). O património, independentemente dos artefactos que o constituem, é, acima de tudo, uma representação desses ideais de singularidade e de continuidade. Enquanto construção, essa representação procura destacar o carácter único de algo, que não só remete, frequentemente, para um mito das origens de um dado grupo social, ou para um momento dramático ou glorioso da sua existência colectiva, como se apresenta enquanto instrumento incontornável do seu futuro.

O interesse em dissociar o processo de histeria patrimonial do processo de procura de um espírito de lugar prende-se, devemos salientá-lo, com o facto deste último nos permitir dar conta de objectivos concretos ligados às três dimensões da patrimonialização que traduzem a histeria patrimonial.¹¹ A intensificação da patrimonialização que essas três dimensões traduzem é, assim, uma resposta a desafios urgentes que se colocam concretamente, embora não em exclusivo, aos meios rurais. A dissociação destes dois processos permite ainda reforçar o argumento que o património, na sua função de simbolização e de estratégia representacional, adquire uma centralidade inusitada nos

¹¹ Reconhecemos que, na prática, os dois processos se confundem, uma vez que a busca de um espírito de lugar se caracteriza por uma histeria patrimonial (uma busca minuciosa e activa do detalhe) e que esta é, por sua vez, geradora de factores de diferenciação local e de fenómenos de “invenção” de particularismos e de lugares.

processos de identificação e de promoção locais, o que o liga pelo menos tanto ao futuro dos lugares quanto ao seu passado.

As transformações recentes dos meios rurais, a crise que os atravessa, a perda de centralidade das actividades agrícolas e os desafios que enfrentam configuram um cenário de mudança identitária desses lugares. Parece óbvio que a regeneração dos lugares em crise passa pela captação de novos residentes, visitantes, actividades económicas e mercados externos que absorvam os produtos da economia local. Mas passa também, uma vez que daí depende, precisamente, o sucesso desses objectivos, pela transformação da identidade simbólica desses lugares. É neste contexto que a instrumentalização e a criação de símbolos, características dos processos de patrimonialização, põem em marcha uma *descoberta* do património pelos meios rurais.

O processo de procura de um espírito de lugar revela que nenhum espaço está protegido por qualquer valor simbólico permanente que lhe confira um estatuto patrimonial perene. Qualquer artefacto patrimonial necessita, para subsistir e perdurar, de ser alvo de uma reinvenção ou de uma reactivação por indivíduos que o introduzem no seu quotidiano. Por isso, numa época de grande transformação, a *descoberta* do património pelos meios rurais traduz-se na constatação que é necessário repensar certos espaços e objectos em função de novos usos, atribuindo-lhes outras finalidades e integrá-los, mesmo que tenham sido marginalizados durante muito tempo, nas dinâmicas do novo desenvolvimento local. A ânsia manifestada por inúmeros lugares em promover símbolos de singularidade que “se perdem na bruma dos tempos”, sejam atracções naturais, paisagísticas, arquitectónicas, gastronómicas ou certas características dos seus residentes (como a hospitalidade ou um carácter *sui generis*, por exemplo), mostra que, nalguns casos, o património se tem vindo a afastar progressivamente de uma dimensão retórica e folclórica, elevando-se à posição de variável estratégica do ordenamento e da promoção local.

Uma questão que o processo de procura de um espírito de lugar pode levantar é a de saber em que situação fica uma dada identidade local que é reinterpretada e posta em causa através da criação de novos valores simbólicos e dos novos usos do património. Outra questão pertinente está em saber em que medida as singularidades garantidas por um

património herdado e fabricado funcionam como símbolos de identificação para eventuais novos residentes. Sem entrarmos nas várias dimensões que estas questões suscitam, diríamos que, a um nível geral, a situação se caracteriza por um paradoxo. O processo de transformação recente do mundo rural, a histeria patrimonial e a procura de um espírito de lugar que o acompanham, tanto configuram situações em que a mobilidade sócio-espacial desemboca em formas de territorialização diversas e superficiais, como traduzem formas de ligação ao lugar baseadas em territorializações sedentárias e implicadas. A criação de segundas habitações (de fim-de-semana) em meios rurais, o desenvolvimento de novas formas de lazer e de turismo (como, por exemplo, os chamados turismo verde e turismo em espaço rural), a procura de zonas rurais e peri-urbanas como lugares de residência fixa e o regresso dos emigrantes aos meios rurais que abandonaram há décadas, constituem factores que merecem uma atenção acrescida para analisarmos uma eventual regeneração do mundo rural. O espírito de lugar que pode potenciar esta regeneração é, no fundo, um território patrimonializado, simbolicamente reinventado e reactivado, que pode funcionar como vector de novas identidades e de novas sociabilidades e, nesse sentido, ajudar à emergência de novas dinâmicas locais.

Conclusão

Os meios rurais vivem, presentemente, uma efervescência patrimonial que não pode deixar de ser vista como uma reacção à atomização social e ao desenraizamento causados pela aceleração da vida moderna, pela desertificação dos campos e pelo ritmo de desaparecimento dos “modos de vida tradicionais”. O património funciona, neste contexto, como uma invenção cultural, uma forma de reanimar o presente através da atribuição de uma segunda vida a um passado inerte e supostamente longínquo. A refuncionalização desse passado, oscilando entre a reactivação, a reinvenção e a idealização, adquire formas diversas de caso para caso. No limite, ela balança entre uma dimensão retórico-folclórica e uma dimensão que remete para projectos concretos de ordenamento e de promoção local.

Nesse sentido, a *descoberta* do património pelos meios rurais tanto pode consistir em descobrir algo que já existia, mas que tendo deixado de estar integrado nas práticas quotidianas é redescoberto para novas funções (uma segunda vida), como manifestar-se

através de operações de invenção e de encenação de uma singularidade e de uma continuidade. Esta *descoberta* traduz-se, sobretudo, em operações de valorização simbólica, cujo objectivo último é responder a uma situação de crise acentuada. O que acaba por a distinguir são as características dos processos de patrimonialização que a efectivam: o alargamento infinitamente elástico da noção de património, a redução drástica do tempo necessário para fazer eclodir uma consciência patrimonial e a emergência e consolidação de um numeroso e activo grupo de profissionais.

As políticas de desenvolvimento rural são, por tudo isso, cada vez mais variadas, quer no que respeita aos seus objectivos, quer no que respeita às suas modalidades. No seu vasto espectro, essas políticas apostam na valorização e preservação de recursos localizados (apontando para o turismo e o lazer), na implantação de novas empresas que explorem esses recursos (apontando para a regeneração económica), na travagem do declínio residencial (apontando para uma preocupação residencial), ou no ordenamento territorial (apontando para a constituição de redes equilibradas e para o reforço da integração comunitária).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdelmalek, Ali Aït (2000), “L’exploitation familiale agricole: entre permanence et évolution”. *Economie rurale*, 255/256, 40-52.

Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do noroeste*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Ashworth, G. J. (1994), “From History to Heritage — From Heritage to Identity. In Search of Concepts and Models”, in Greg Ashworth e P. Larkham [orgs.], *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 13-30.

Barthelemy, Tiphaine e Weber, Florence [orgs.] (1989), *Les campagnes à livre ouvert. Regards sur la France rurale des années trente*. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

Babelon, Jean-Pierre e Chastel, André (1994), *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi.

Bourdin, Alain (1984), *Le patrimoine réinventé*. Paris: PUF.

Bourgeois, Lucien e Demotes-Mainard, Magali (2000), “Les cinquante ans qui ont changé l’agriculture française”. *Economie rurale*, 255/256, 14-20.

Caleiras, Jorge (1999), *Globalização, nova ordem regulatória agrícola e mal-estar social. Estudo dos conflitos rurais em Portugal entre 1986 e 1996*. Tese de mestrado em sociologia: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Chiva, Isac (1997), “Le patrimoine rural” in *Actes des entretiens du patrimoine* [Science et conscience du patrimoine]. Paris: Fayard, 227-231.

Choay, Françoise (1992), *L’allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil.

Colardelle, Michel (1998), “Les acteurs de la constitution du patrimoine: travailleurs, amateurs, professionnels” in *Actes des entretiens du patrimoine* [Patrimoine et passions identitaires]. Paris: Fayard, 123-135.

Costa, Paula Reis (1999), *Agricultores e risco ambiental: atitudes, valores e práticas num contexto de revalorização social dos espaços rurais*. Tese de mestrado em sociologia: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Datar (2003), “Quelle France rurale pour 2020?”. Paris: Délégation à l’aménagement du territoire et à l’action régionale. Consultado em 24 de Agosto de 2004, disponível em <http://lesrapports.ladocumentationfrancaise.fr/BRP/034000553/0000.pdf>

Davallon, Jean; Micoud, André e Tardy, Cécile (1997), “Vers une évolution de la notion de patrimoine? Réflexions à propos du patrimoine rural” in Daniel J. Grange e Dominique Poulot [orgs.], *L’esprit des lieux. Le patrimoine et la cité*. Grenoble: Presses Universitaires de Greboble, 195-205

Delfosse, Pascal (1988), *C’est beaucoup changé dedans le temps. Ruralité en transition*. Bruxelas: Editions De Boeck.

Desvallées, André (1995), “Emergence et cheminement du mot patrimoine”, *Musées et collections publiques de France*, 208, 6-29.

Di Méo, Guy (1996), “Production des identités et attachement au lieu” in Yvon Lamy [org.], *L’alchimie du patrimoine - discours et politiques*. Talence: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme d’Aquitaine, 247-276.

Fabre, Daniel (2000), “L’ethnologie devant le monument historique” in Daniel Fabre [org.], *Domestiquer l’histoire - Ethnologies des monuments historiques*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1-29.

Fortuna, Carlos (1997), “Destradicionalização e imagem da cidade – o caso de Évora in Carlos Fortuna [org.], *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta, 231-257.

Grange, Daniel J. e Poulot, Dominique [orgs.] (1997), *L’esprit des lieux. Le patrimoine et la cité*. Grenoble: Presses Universitaires de Greboble.

Guillaume, Marc (1980), *La politique du patrimoine*. Paris: Editions Galilée.

Guillaume, Marc (1990), “Invention et stratégies du patrimoine”, in Henry-Pierre Jeudy [org.], *Patrimoines en folie*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme.

Hespanha, Pedro (1994), *Com os pés na terra - Práticas fundiárias da população rural portuguesa*. Porto: Afrontamento.

- Hobsbawm, Eric e Ranger, Terence [orgs.] (1983), *The Invention of Tradition*. Oxford: Blackwell.
- Jeudy, Henry-Pierre (1990), "Introduction", in Henry-Pierre Jeudy [org.], *Patrimoines en folie*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Jeudy, Henry-Pierre (2001), *La machinerie patrimoniale*. Paris: Sens & Tonka.
- Lamy, Yvon [org.] (1996), *L'alchimie du patrimoine - discours et politiques*. Talence, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine.
- Lockie, Stewart e Lyons, Kristen (2001), "Renegotiating Gender and the Symbolic Transformation of Australian Rural Environments". *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, vol. 9, 1, 43-58.
- Lowenthal, David (1989), "Nostalgia Tells it Like it Wasn't", in Christopher Shaw e Malcom Chase [orgs.], *The Imagined Past - History and Nostalgia*. Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press, 18-32.
- Lowenthal, David (1996), *Possessed by the Past - The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Nova Iorque: The Free Press.
- Martin-Granel, Nicolas (1999), "Malaise dans le patrimoine". *Cahiers d'Etudes Africaines*. [Prélever, exhiber. La mise en musées], XXXIX (3-4), 155/156, 487-510.
- Monteiro, Paulo (1985), *Terra que já foi terra. Análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã*. Lisboa: Salamandra.
- Pascual, Francisco García e Larrul, Antonio (1998), "Los cambios recientes en la evolución demográfica de las áreas rurales catalanas: de la crisis al crecimiento". *Agricultura y Sociedad*, 86, 33-63.
- Peixoto, Paulo (1997), *Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização*. Tese de mestrado em sociologia: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Peixoto, Paulo (2001), "Os meios rurais e a descoberta do património". *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 175.
- Peixoto, Paulo e Frias, Aníbal (2001), "O reencantamento da cidade? Modos e efeitos da estetização do património urbano de Coimbra". Comunicação apresentada ao *Encontro*

temático intercongressos da APS [Cidade e culturas: novas políticas/novas urbanidades].
Porto, 27-28 de Setembro.

Reis, José (2001), “Observar a mudança: o papel dos estudos rurais”. *Oficina do CES*,
165.

Sanz, Benjamín García (1998), *La sociedad rural de Castilla y León ante el próximo siglo*. Madrid: Junta de Castilla y León.

